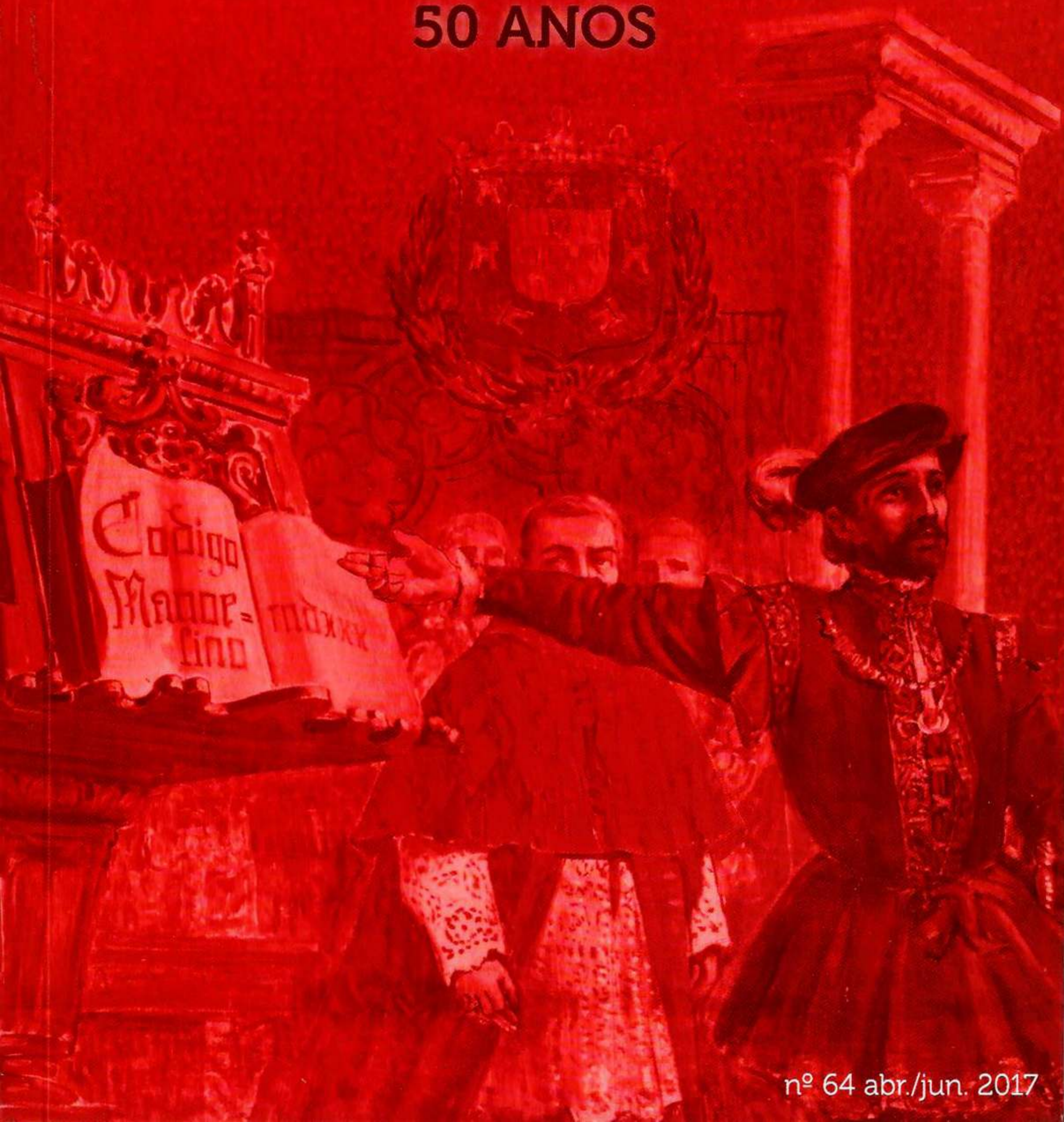


Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

50 ANOS



Sumário

Doutrina

Conflitos e Consensos: o Papel da Mediação Comunitária na Transformação da Realidade Social <i>Ana Paula Bustamante</i>	17
O Terceiro Setor e a Lei nº 13.019/2014: Algumas Questões Iniciais <i>André Farah Alves</i>	33
Acordos Processuais no Processo Penal <i>Antonio do Passo Cabral</i>	69
<i>Jus Cogens</i> e Proteção Internacional dos Direitos Humanos <i>Emerson Garcia</i>	95
Internet, Pornografia e Infância: a Criminalização da Posse de Pornografia Infantil <i>Felipe Soares Tavares Morais</i>	105
Sistema Brasileiro de Precedentes Judiciais Obrigatórios e os Deveres Institucionais dos Tribunais: Uniformidade, Estabilidade, Integridade e Coerência da Jurisprudência <i>Fredie Didier Jr.</i>	135
Sobre a Relevância Constitucional da Família <i>Jorge Miranda</i>	149
Estatuto da Cidade e o Novo Código de Processo Civil: Primeiras Considerações sobre o Impacto e a Simbiose dos Diplomas <i>Rodrigo Mazzei</i> <i>Bruno Pereira Marques</i>	161
Mudanças Climáticas: Estratégias de Litigância e o Papel do Judiciário no Combate às Causas e Efeitos do Aquecimento Global no Contexto Brasileiro <i>Vinicius Lameira</i>	197
O Protagonismo Judicial e o Superendividamento dos Consumidores no Brasil <i>Guilherme Magalhães Martins</i> <i>Laila Natal Miguel</i> <i>Stella de Souza Ribeiro de Araujo</i>	225

Observatório Jurídico

O Exercício do Poder e a Necessidade de Limites <i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	249
Comitê de Acionistas <i>Jorge Lobo</i>	251

Peças Processuais

Pareceres

- Processo Judicial. Parecer do Ministério Público. Sétima Câmara Criminal. Correição Parcial ajuizada pelo Ministério Público contra despacho irrecorrível que indeferiu o pleito ministerial de baixa de inquérito à Delegacia de Polícia para cumprimento de diligências. *Carlos Antonio Navega* **257**
- Processo Administrativo. Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça. Consulta formulada a respeito da possibilidade de transformação de cargos de Promotor de Justiça Substituto em cargos de Promotor de Justiça. *Emerson Garcia* **259**
- Processo Judicial. Parecer do Ministério Público. 1ª Promotoria de Justiça Cível e de Família da Ilha do Governador. Notícia de prática de abuso sexual que não deixa vestígios físicos e Síndrome da Alienação Parental. Regulamentação de convivência. *Erica Rogar* **267**
- Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Sistema Prisional e Direitos Humanos. Pedido de providências. Superlotação carcerária. Interdição funcional de espaços prisionais. Impacto regulatório. Monitoramento e avaliação. Regularização das condições de alocação. *Murilo Nunes de Bustamante* **303**
- Processo Judicial. Parecer do Ministério Público. 4ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública. Responsabilidade civil do Estado. Morte de pessoa detida e conduzida a uma Unidade de Polícia Pacificadora. "Caso Amarildo". *Robson Renault Godinho* **329**

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

Jurisprudência Criminal

- Inquérito nº 3.948/Distrito Federal. Deputado Federal. Crime contra a honra. Difamação e injúria. Imunidade Parlamentar Material. Artigo 53, *caput*, da Constituição da República. Entrevista via rádio. Nexó de implicação entre as manifestações e o exercício do mandato. Alcance. Dolo. Inexistência. Atipicidade de conduta. *Primeira Turma, 22/11/2016* **357**

Jurisprudência Cível

- Reclamação nº 23.101/Paraná. Reclamação. Garantir a observância de enunciado de Súmula Vinculante. Súmula Vinculante nº 14. Negativa de fornecimento de cópias em meio magnético, óptico ou eletrônico de depoimentos em formato audiovisual gravados em mídias já documentadas nos autos. Violação ao direito de amplo acesso aos elementos de prova. Reclamação procedente. *Segunda Turma, 22/11/2016* **369**

Reclamação nº 18.564/São Paulo. Constitucional e Administrativo. Súmula Vinculante nº 13. Ausência de configuração objetiva de nepotismo. Reclamação julgada improcedente. Liminar anteriormente deferida cassada.
Segunda Turma, 23/02/2016 **377**

Superior Tribunal de Justiça

Jurisprudência Criminal

Habeas Corpus nº 340.586/Rio de Janeiro (2015/0281833-6). *Habeas Corpus*. Art. 288, *caput*, 304 (16 vezes) e 344, todos do Código Penal; art. 1º, II, do Decreto-Lei nº 201/1967 e art. 90 da Lei nº 8.666/1993 (16 vezes). Incompetência da Autora Relatora para permanecer na relatoria da Ação Penal Originária após alteração no Regimento Interno. Vício não caracterizado. Atribuição de Promotor de Justiça para atuar na Ação Penal Originária, durante atividade instrutória. Delegação do Procurador-Geral de Justiça. Constrangimento não evidenciado. Ordem denegada.
Sexta Turma, 15/12/2016 **395**

Jurisprudência Cível

Recurso Especial nº 1.177.910/Sergipe (2010/0009495-0). Administrativo e Processual Civil. Improbidade Administrativa. Policiais Civis. Tortura. Ofensa aos Princípios Administrativos. Precedente. Recurso Especial Provido.
Primeira Seção, 26/08/2015 **407**

Recurso Especial nº 1.413.674/Sergipe (2013/0356246-9). Administrativo. Recurso Especial. Improbidade Administrativa. Condenação de ressarcimento do prejuízo pelo TCU e na esfera judicial. Formação de duplo título executivo. Possibilidade. Ressarcimento ao Erário. Penalidade que deve ser necessariamente imposta quando há comprovado prejuízo ao Erário. Aplicação de multa civil. Desnecessidade. Sanções definidas na origem que se mostram suficientes e proporcionais. Recurso Especial parcialmente provido, acompanhando em parte o Relator.
Primeira Turma, 17/05/2016 **429**

Jurisprudência Internacional

Nota Introdutória **455**

Caso Vladimir Herzog e Outros *Versus* Brasil – Relatório nº 71/15 – Caso 12.879 – 28 de Outubro de 2015 **457**

Noticiário

Novos Promotores de Justiça Tomam Posse no MPRJ **537**

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Participa de Audiência sobre Presídios na Corte Interamericana de Direitos Humanos **539**

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO **541**